

---

# ROMA E PORTUGAL DE CARDEAL A CARDEAL: 1480-1541

JOSÉ ADRIANO DE FREITAS CARVALHO  
(Porto)

*Senhor. Nesta terra tudo se pode presumir...*<sup>1</sup>

## I

UM TÍTULO um tanto «proverbial» que não pretende mais que sugerir uma moldura para observar alguns homens e alguns factos que, entre 1480-1540, podem ajudar a compreender a cultura portuguesa desses 60 anos vista desde as suas relações com Roma, de um Portugal que se vai afirmando atlântico e indiático e que, como bem se sabe, conhece já, à volta de 1524, como lembrou V. Magalhães Godinho<sup>2</sup> há muitos anos, os primeiros sinais de dificuldades imperiais.

Se folharmos essa vastíssima colecção de documentos oficiais e officiosos reunida no *Corpo Diplomático Português* pela dedicação de L. A. Rebelo

1. Dr. João de Faria (embaixador em Roma), «Carta a el-Rei» (1513, Janeiro, 14), in *Corpo Diplomático Português contendo os Actos e Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o século XVI até os nossos dias, publicado de Ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa* por Luiz Augusto Rebello da Silva, Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1862, vol. I, pág. 186.

2. Vitorino Magalhães Godinho, «A viragem mundial de 1517-1524 e o império português», in *Ensaio -II- Sobre a história de Portugal*, Lisboa: Sá da Costa, 1968, págs. 139-154.

da Silva<sup>3</sup> e nos beneméritos *Monumenta Portugaliae Vaticana* coligidos pela inteligente persistência do recordado Padre António de Sousa Costa, O.F.M.<sup>4</sup>, verifica-se, facilmente, que as relações com Roma, além de passarem por embaixadores permanentes e *oratores* nomeados *ad hoc* por e para circunstâncias especiais, podem derivar de contactos de muita outra gente –hoje, na sua maioria, quase anónima– interessada quer na reforma da vida religiosa quer em solicitações de benefícios eclesiásticos quer nas medras dos seus empregos em casas de senhores e cardeais ou até em outros serviços menos pios e, aparentemente, menos diplomáticos (agentes comerciais, financeiros ou até secretos).

É, no entanto, a documentação respeitante à demanda e defesa de benefícios eclesiásticos que, pela quantidade de personalidades envolvidas, deveria merecer sempre uma atenção especial por parte da investigação, pois, muitas vezes, as dificuldades das solicitudes aos serviços curais obrigavam os solicitantes a empreender a viagem a Roma na tentativa de *in loco*, recorrendo a serviços especializados ou ao favor –«dinheiro, que sempre nesta corte achou favores contra toda virtude e bem»<sup>5</sup>, como escrevia Diogo da Gama a Manuel I de Portugal– vencer dificuldades e encontrar facilidades. Mesmo que a documentação sobre o caso seja vaga, parece ter sido este o motivo que determinou a célebre viagem do poeta Sá de Miranda por Itália onde, como ele mesmo parece dizer, escrevia cantigas à maneira tradicional. Do mesmo modo, se bem que irregularmente praticadas sobre vários pretextos, as chamadas *visita ad sacra limina* poderiam entrar neste quadro organizador da viagem a Roma –a uma Roma de novo única e indisputada cabeça da cristandade e, por isso mesmo, dispondo de paz e meios económicos para se reafirmar como potência política e, entre dúvidas e temores, empreender a *renovatio ecclesiae*–, essa viagem que, a partir de certo momento, foi, com os matizes que quisermos, uma das aspirações do ideal humanista. Penso, por exemplo, mesmo que seja um caso tardio, nas celebrações desse ideal em alguns diálogos da *Imagem da Vida Cristã* (1ª Parte, Coimbra: João Barreira, 1563; 2ª Parte, Lisboa: João Barreira, 1572) de Fr. Heitor Pinto que por lá andou «em negócios da sua ordem». Penso

3. *Corpo Diplomático Portuguez contendo os Actos e Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o século XVI até os nossos dias, publicado de Ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa* por Luiz Augusto Rebello da Silva, vol. I, Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1862; vol. II, Lisboa: Academia das Sciencias, 1875.

4. António Domingues de Sousa Costa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Roma-Porto: Livraria Editorial Franciscana, 1968 – 1970, 3 vols.

5. Diogo da Gama, «Carta a el-Rei» (1502, Junho, 2), in *Corpo Diplomático Portuguez*, vol. I, págs. 31-36.

ainda na *Corographia* (Coimbra: João Alvares, 1561) em que esse grande e esquecido humanista que foi Gaspar Barreiros –o primeiro e mais severo crítico dos opúsculos de Anio de Viterbo sobre o *de originibus* atribuídos a Marco Porcio Catão e os «livros de Beroso caldeu», etc.– nos deixou registada uma parte da sua viagem a Itália em 1546 ao serviço do cardeal Henrique de Portugal e que, mais tarde, se fez franciscano no convento romano de Aracoeli.

Os dois cardeais que balizam a nossa intervenção –Jorge da Costa e Miguel da Silva–, embora com motivações diferentes em diferentes momentos do seu *cursum honorum*, podem também caber nesta moldura de viajantes por Itália, mais precisamente por Roma –em ambos os casos, embora em diferentes momentos das suas biografias, uma viagem sem regresso– donde, como aludiremos, puderam influenciar, por vezes decisivamente, a política do poder real em Portugal, poder este que, em muitas ocasiões, devido à sua fidelização romana e aos seus próprios interesses pessoais, neles viu, mais que poderosos auxiliares portugueses, poderosos escolhidos «italianos» a vencer. De qualquer modo, Jorge da Costa e Miguel da Silva, pelo seu poder curial –o do primeiro incomparavelmente maior do que o do segundo, é certo– alicerçado em grandes rendimentos económicos, e pelas suas amizades nos círculos romanos foram, sucessivamente, uma referência incontornável da cultura portuguesa dos fins do século xv e da primeira metade de Quinhentos. São alguns aspectos desta incontornabilidade e algumas das suas consequências que, tendo presente os matizes dessa tela renascentista, gostaria, sem qualquer pretensão de novidade, de procurar ponderar aqui.

## II

Por isso, sem mesmo me atrever sequer a resumir as páginas que aos dois cardeais dedicou o sapientíssimo Manuel Severim de Faria<sup>6</sup> –possivelmente ainda, na sua globalidade, não ultrapassadas pelas preciosas investigações de Maria Manuela Mendonça<sup>7</sup> e Sylvie Deswarte<sup>8</sup>–, talvez seja

6. Manuel Severim de Faria, «Discurso VIII – *in fine*: Memorial de alguns cardeaes portugueses», in *Noticias de Portugal*, Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1655.

7. Maria Manuela Mendonça, *D. Jorge da Costa, Cardeal de Alpedrinha*, Lisboa: Colibri História, 1991.

8. Sylvie Deswarte, *Il «Perfetto cortegiano» D. Miguel da Silva*, Roma: Bulzoni Editore, 1989.

conveniente começar por perfilar biograficamente essas duas figuras, de modo a que os aspectos que seleccionamos –reforma das ordens religiosas, correntes proféticas e marcas literárias– da política cultural em que, directa ou indirectamente, estiveram implicados, possam aparecer mais compreensíveis.

Nem de um nem de outro interessa aqui tentar desvelar os seus estudos e os lugares onde os fizeram, pois se os do *peritissimus* Jorge da Costa são um mistério, os de Miguel da Silva também não são muito claros, pois duvida-se se estudou, além de Paris, em Pisa, Siena ou em Bolonha ou até nas quatro universidades<sup>9</sup>. Pessoalmente, gostaríamos de o saber seguramente estudante em Pisa, pois tal segurança remeter-nos-ia para os tempos em que o cardeal Costa protegia o estudo pisano e onde temos a certeza que estudou gente da sua casa cardinalícia. De Siena datarão os contactos de Miguel da Silva com os Tolomei (Lactanzio e Claudio). De qualquer modo, como teremos ocasião de aludir, os estudos do cardeal Silva, pelo tempo e termos em que os realizou, deverão ter-se orientado num sentido mais humanístico, pois além dos Direitos, dominava o grego e poetava em latim e as suas amizades romanas situam-no num círculo bem preciso de humanistas não profissionais em torno dos Medici, dos Medici já romanizados, se bem que nunca esquecidos das suas raízes florentinas, mas sempre pouco lembrados das protecções recebidas na corte de Urbino.

Quando, em 1480, Jorge da Costa chega a Roma, sob o pretexto de cumprir a sua visita *ad sacra limina*, é já cardeal desde 1476 e é, de certo modo, personagem *non grata* do poderoso príncipe herdeiro que será, logo depois (1481), o rei João II de Portugal<sup>10</sup>. Há mesmo alguma fonte que insinua que a viagem desse poderoso e influente servidor de Afonso V, foi um modo de escapar à morte que lhe preparava o novo rei. Quaisquer sejam as razões, em 1480 o cardeal Costa, também conhecido por cardeal de Alpedrinha –aldeia em que nasceu– é já um riquíssimo prelado, arcebispo de Braga e de Lisboa, bispo de várias dioceses, abade de umas quantas abadias, cónego de várias catedrais, somando rendimentos que lhe permitiram continuar a receber e a desenvolver em Roma mais protecções e mais benefícios. Dois dos seus irmãos, um deles seu exacto homónimo –também chamado Jorge da Costa (ainda prefiro vê-lo como irmão e não como parente)– e outro de nome Martinho da Costa, também foram riquíssimos prelados e a sua herança (bens e benefícios), ainda em

9. José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural da época de D. João III*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1969, vol. I, págs. 76-106.

10. M. M. Mendonça, *D. Jorge da Costa, Cardeal de Alpedrinha*, págs. 55-62.

vida do irmão cardeal, constituiu um foco de tensões entre a cúria apostólica e Manuel I de Portugal logo nos começos do século xvi, tensões a que o cardeal Costa «fazendo [...] tam pouca mensão de mym como se não tivera parte neste Reyno» –queixa do rei português à arrogância do purpurado–<sup>11</sup> não contribuía a suavisar. Ainda hoje é possível encontrar diferentes relações das prelaturas e das «grossas rendas» do cardeal Costa, todas elas variando sempre algo –como que lembrando a dificuldade de conhecer a suas riquezas– e acrescentando quase sempre algo– como que achando que se ficava sempre aquém da realidade e da fama<sup>12</sup>. Garcia de Resende, que o conheceu bem, lembra na sua *Miscelânea e variedade de historias*, que

teve dous arcebispos,  
 abadias, e bispados,  
 fez dous irmãos arcebispos,  
 parentes, amigos bispos  
 e criados muy honrados<sup>13</sup>.

E Diogo da Gama, um embaixador de Manuel I, que, por negócios reais, teve de o enfrentar em 1502 –andaria, então, pelos seus 96 anos– não deixa de pintar ao rei, em carta de 2.6.1502, as dificuldades de tratar com um homem que, por entre maneiras cortesias e boas palavras, evita tratar de assuntos que não lhe agradam e não se quer desprender do mais mínimo dos seus benefícios

somente por demonstrar ao papa e cardeais ser ainda pera reger o mundo, porque me nunca outra cousa lança por diante somente que nam se há de desonrar em sua velhice; que ele he pera reger doze arcebispos, e que oje está mais que nunca foy [...] Os seus exercicios sam tantos e poem tanta diligencia em viver todo sobre esperança deste papado, e lhe dizem no rosto que ho há de ser, e folga bem de ouvyr, e o papa bem pode ser seu filho no parecer, e dizem ter espreita sobre

11. Manuel I, «Carta ao Cardeal Jorge da Costa» (1502, Fevereiro, 28), in *Corpo Diplomático Português*, vol. I, pág. 25.

12. Poderiam ver-se, por exemplo, os inventários das «grandiosas rendas que teve D. Jorge da Costa», BGUC, ms. 1800-1801, fol. 113v; ms. 1529 (nº 37); M. M. Mendonça, *D. Jorge da Costa, Cardeal de Alpedrinha*, págs. 31 e nota 38.

13. Garcia de Resende, *Micellanea e variedade de historias, costumes, casos, e cousas que em seu tempo aconteceram*. Prefácio e notas de Mendes dos Remedios, Coimbra: França e Amado Editor, 1917, pág. 58.

os seus ducados; verdadeiramente que huma hora parece que nam pode pasar daquele dia e torna logo a parecer immortal: elle tem ainda as cartas pera a pose e nam se lembra de as mandar lembrandolho cada dia: todo seu contentamento foy sabelo o papa e toda Roma, e neste contentamento vive de vir tempo pera do arcebisnado aver de despor: em nem huma pessoa ho nunca fará nem hum filho que o tivesse: do que tem dado ao irmão se arrepende e nam pouco: estará morto e esperarará de resurgir [...] estou em sua palavra como se lha nam ouvisse, ha huma por ele ter a memoria já muito esquecida, e á outra ele a faz muito mais, logo diz que tal não disse<sup>14</sup>.

Mas foi este ancião e poderoso senhor –poderoso e apreciando parecê-lo– por cujas mãos, por interesses ou por cortesia, passavam todos os negócios de Portugal em Roma<sup>15</sup>, que gozou da grande estima de Sisto IV, de Inocêncio VIII, de Pio II, de Alexandre VI e de Júlio II. E se Sisto IV o protegeu, se Pio II o nomeou legado *a latere*, se Júlio II mandou gravar o seu epitáfio assinalando os 102 anos –mesmo se discutíveis por nós hoje, não o foram então para admiração dos seus contemporâneos– com que morreu em 1508, com Alexandre VI, pode ter encontrado afinidades artísticas que há, enquanto não as pudermos efectivamente documentar, apenas que sugerir. Refiro-me a que ambos, o papa Alexandre e Jorge da Costa foram, como muitos humanistas da época, devotíssimos de Santa Catarina de Alexandria, devoção que levou o cardeal português a tomar como «armas de fé» a roda de Santa Catarina que se vêem na sua estátua do seu túmulo e no altar da sua capela na belíssima Santa Maria del Popolo em Roma e o papa espanhol, nas admiráveis decorações de Pinturicchio nas chamadas *Stanze Borgia*<sup>16</sup>, mandar pintar, como que no centro do programa, Santa Catarina discutindo com os sábios. E ambos foram admiradores e protectores

14. Diogo da Gama, «Carta a el-Rei» (1502, Junho, 2), in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. I, págs. 31-36.

15. Deão do Porto (Rui de Sousa), «Carta a el-Rei» (1502, Março, 7), in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. I, pág. 30: «E todos [os cardeais] se mostram muito a seu serviço; pêro a verdade he Senhor que cousa que seja contra o cardeal nom ham de falar nella, nem outras cousas que não sam contra o cardeal de Lisboa nom querem que sejam despachadas senam por mãos delle. E pêra isso Vossa Senhoria em sua vida que creo será pouca scuse o mais que poder os requerimentos desta Corte, e conheça esta gente toda por quem he: o cardeal está já muito velho e despossado de suas forças porem em todo seu entendimento, e ainda vai aos consistorios, e creo que em quanto for vivo e se poder mandar e a igreja de Deus estiver como agora está, sempre o papa e os cardeaes lhe comprazerám em todo o que elle quiser por sua antiguidade e pola necessidade que huns de outros teem [...]».

16. Fritz Saxl, «L'appartamento Borgia», in *La storia delle immagini*, Bari: Laterza, 1990, págs. 135-162.

de Pinturicchio, pintor este que, como se sabe, se ocupou, para além do coro de Santa Maria del Popolo, da decoração da capela de Giovanni Basso della Rovere, contígua à capela fúnebre do cardeal Costa onde, pelos mesmos anos, trabalharam discípulos de Pinturicchio e onde ainda se pode ver o belo frontal de altar obra de Andrea Bregno ou do seu atelier. Desde o ponto de vista de manifestações artísticas, recordemos, por último, o belíssimo palácio que, quando era dignatário da igreja de S. Lorenzo in Lucina, fez construir em Roma e que hoje se nomeia Palazzo Fiano. Por algo, Paolo Cortese nos seus *Libri de cardinalatu* (Castro Cortesio, 1510) o aponta já como um exemplo da figura de um cardeal do seu tempo, de quem, se sabemos a protecção a portugueses que estudaram por Itália, não parece, contudo, haver em Portugal, apesar de tudo, se exceptuarmos algum frontal e um pontifical («tudo muito rico», é certo) que enviou à sé de Braga, grandes lembranças do seu mecenatismo<sup>17</sup>.

Deixando para depois as suas relações com os franciscanos de quem foi Cardeal Protector e com os amadeítas do «Beato» Amadeu da Silva, apontemos a personagem de Miguel da Silva que, em contraste com o cardeal Costa, pertencia a uma família da alta nobreza, muito protegida, como mostrou A. Sousa Costa<sup>18</sup>, pelos Bragança e por Manuel I de Portugal que, em 1515, o nomeou embaixador em Roma, permitindo-lhe assim reavivar os seus contactos com o ambiente italiano que conhecera em (talvez) Pisa e em Siena, essas cidades onde, como já lembramos, estudaram muitos outros portugueses que o cardeal Costa protegeu. Miguel da Silva soube inserir-se imediatamente no círculo ascendente dos Medici e nunca deixou de lembrar ao rei a entrada que tinha quer com o papa Leão X quer, muito especialmente, com o cardeal Giulio de Medici, futuro Clemente VII, cultivando ao mesmo tempo conhecimento e amizades com altos prelados, humanistas e antiquários que sempre foram bem servidos pela sua liberalidade mecenática e sempre o serviram bem e sempre o recordarão, como atesta bem alguma da correspondência conservada. Entram nesta conta Angelo Colocci, Latanzio e Claudio Tolomei, Pietro Bembo, Pierio Valeriano, Bernardo Dovizi (mais conhecido como cardeal de Bibbiena), Egidio de Viterbo, Benedetto Accolti (cardeal de Ravena), Gian Matteo Giberti, Marco Antonio Flaminio, Baltasar Castiglione, Alberto

17. Avelino de Jesus da Costa, *A biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos xv a xviii*, Braga, 1984 (Separata de *Theologica*, 18, 1983), págs. 43, 51, 72.

18. António Domingues de Sousa Costa, «Studio critico e documenti inediti sulla vita del Beato Amedeo da Silva nel quinto centenario della sua morte», in *Noscere Sancta. Miscellanea in memoria di Agotino Amore OFM († 1982)*, Roma: Pontificio Athenaeum Antonianum, 1985, págs. 103-360.

Pio di Carpi («grande meu amigo em extremo»)<sup>19</sup>, isto é, gente de embaixadas, de armas e das altas secretarias curiais, cardeais, nomes que, passando quase todos pela chamada a «academia romana» e pelos «orti letterari» do luxemburguês Hans Goritz e de Angelo Colocci<sup>20</sup>, dão uma ideia do que foi o que poderia dizer-se a sua «romanização» —«simpaticamente italianizante», em palavras de V. Cian—<sup>21</sup> e previnem-nos para alguma actividade literária, em latim, do futuro cardeal. Uma romanização que, mais tarde, serviu para o apontar como mais fiel aos interesses da política papal que aos do rei português. De qualquer modo, os nomes de Matteo Giberti, Baldassare Castiglione, Egídio de Viterbo e de Alberto Pio, que voltaremos a encontrar, permitem desde já chamar a atenção quer para o seu papel na reforma dos franciscanos sempre tida como um dos aspectos mais urgentes da *renovatio ecclesiae* quer para círculos onde se cruzavam correntes proféticas dos fins do século xv e dos primeiros 30 anos de Quinhentos, quer ainda para essas amizades que o consagrarão. Por outro lado, convem desde já ter presente as suas excelentes relações com os Farnese, lembrando que foi padrinho de baptismo do cardeal Alexandre Farnese<sup>22</sup> —o fundador da igreja de Gesù—, neto desse outro riquíssimo cardeal Farnese que veio a ser Paulo III, esse papa que o fez cardeal em 1539 e o declarou em 2.12.1541. Mas esta lista não ficaria completa se não aludíssemos às suas amistosas e sempre recordadas relações com esse algo extravagante Tommaso Masini, mais conhecido por «Il Zoroastro», possivelmente irmão dos Tolomei, e que se dedicava à alquimia, artes por que Miguel da Silva também se interessou. Qualquer que seja a perspectiva por que o embaixador português olhou essas suas práticas, não podemos esquecer que os Tolomei tinham sido discípulos de Francesco Catani da Diaceto, célebre discípulo de Marsilo Ficino, que D. P. Walker tanto valorizou na sua obra dedicada à magia espiritual e angélica no Renascimento<sup>23</sup>. Bastem estas alusões para vermos Miguel da Silva mover-se nessa «città dei segreti» que como já foi classificada a Roma dos seus dias.

19. D. Miguel da Silva, «Carta a el-Rei» (1517, Abril, 15), in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. I, pág. 424.

20. Domenico Gnoli, «Orti letterari nella Roma di Leon X», in *La Roma di Leon X. Quadri e studi originali annotati e pubblicati a cura di Aldo Gnoli*, Milano: Ulrico Hoepli, 1938, págs. 136-163.

21. Vittorio Cian, *Un illustre nunzio pontificio del Rinascimento. Baldassar Casiglione*, Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1951, pág. 244.

22. S. Deswarte, *Il «Perfetto cortegiano» D. Miguel da Silva*, pág. 204, nota 215.

23. Daniel Pickering Walker, *La magie spirituelle et angélique de Ficin à Campanella*, Paris: Albin Michel, 1988.

Apesar dos seus insistentes pedidos de autorização para regressar que dirigiu ao novo rei de Portugal ao longo de 1522-1523<sup>24</sup> quando julgou ter percebido que junto de um João III que o tinha deixado «de vago»<sup>25</sup>, não gozava da confiança que sempre lhe concedera Manuel I<sup>26</sup>, compreende-se que a eleição do seu grande amigo cardeal de' Medici a papa lhe tenha aberto perspectivas de um novo tempo –tanto para a Igreja como para si– e que redobrasse os seus préstimos junto do seu soberano cuja licença de regresso (1523, Novembro?, 21)<sup>27</sup> se cruzou com as cartas (1523, Novembro, 18)<sup>28</sup> em que o embaixador lhe enviava as «alegres novas» dessa eleição e dos sumos e particulares favores que logo recebeu do novo papa. Como o autorizava o rei, ainda se demorou em Roma a ultimar assuntos diplomáticos e à espera do seu sucessor (Martinho de Castelo Branco) cerca de dois anos, já que só regressou definitivamente depois de meados de Julho de 1525. Perante este novo cenário não será ilegítimo pensar que não terá sido nem tão voluntariamente nem tão de boa vontade, como antes o declarava, que regressou ao Reino onde desempenhou, entre alguma inveja e muitas desconfianças<sup>29</sup>, um alto cargo palatino, confidenciou, não muito

24. D. Miguel da Silva, «Carta a el-Rei» (1522, Outubro, 11); «Carta a el-Rei» (1523, Março, 15); «Carta ao Secretario de Estado» (1523, Abril, 15); «Carta a el-Rei» (1523, Maio, 25); «Carta ao Secretario de Estado» (1523, Julho, 10), in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. I, págs. 100, 132, 142, 165-167, 173 respectivamente.

25. D. Miguel da Silva, «Carta a el-Rei» (1522, Setembro, 27); «Carta a el-Rei» (1523, Março, 15); «Carta a el-Rei» (1523, Maio, 25); «Carta ao Secretario de Estado» (1523, Junho, 6), in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. I, págs. 93, 132, 160, 167 respectivamente.

26. D. Miguel da Silva, «Carta a el-Rei» (1523, Maio, 25), pág. 159. «Em vyda del Rey vosso padre, que Deus tem, muytas destas cousas se remedeavão porque o que eu nellas fazia Sua Alteza ho havia por bem feyto, e as provisões de la eram tam conformes há minhas ameaças qua que as temiam muyto: agora, nem Vossa Alteza me dá autoridade, nem eu a quero tomar [...]».

27. João III de Portugal, «Despachos para D. Miguel da Silva» (1523, Novembro?, 21), in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. I, pág. 194.

28. D. Miguel da Silva, «Carta ao Secretario de Estado» (18, Novembro, 1523); «Carta a el-Rei» (1523, Novembro, 18); «Carta a el-Rei» (1523, Novembro, 18); «Carta a el-Rei» (1523, Novembro, 26), in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. I, págs. 176-177, 177-179, 180-181, 198-200 respectivamente.

29. O duque de Bragança, em carta a João III (1527, Novembro, 12) in *Corpo Diplomatico Portuguez*, I, pág. 290, comentando os poderes que D. Martinho de Portugal trazia de Roma como núncio de Clemente VII –ele que fora enviado como embaixador do rei português–, referindo-se a uma negociação sobre uns mosteiros, alude significativamente: «o negocio devia ser arduo de acabar, pois dom Miguel, que era tão privado do papa, o nom pode acabar, salvo se creesemos a mal dizentes, que querião dizer que, por os aver a todos ou a mor parte delles do papa, os nom queria aver pera Vossa Alteza». Havemos

discretamente, com embaixadores de Castela<sup>30</sup>, foi bispo de Viseu, patrocinou algumas obras de arte, entrou em alguma polémicas de corte anti-quário com André de Resende que fixou no *De acqua argentea* (poema latino sobre o aqueduto chamado da Agua de Prata, em Évora) e se correspondeu com alguns amigos romanos, como, por exemplo, Benedetto Accolti, o turvo cardeal de Ravena<sup>31</sup>, que, em 1532, por entre pedidos de papagaios e gatos da Índia, sempre lhe recordava os dias dourados dessa Roma anterior a 1527<sup>32</sup>, anos portugueses em que se veria tentado –e não sabemos até que ponto terá discretamente colaborado–, a colaborar, como documenta a correspondência de alguns dos seus amigos<sup>33</sup> que nesse sentido influenciavam Clemente VII, na inclinação pro-francesa do papa seu amigo e em que a sua fidelidade aos interesses do rei português acabou por ser aberta e duramente posta à prova, isto é, quando aceitou ser feito (finalmente) cardeal. Não nos interessem aqui os avatares deste caso, bastando recordar que a sua fidelidade aos amigos romanos, neste caso Paulo III, foi maior –ou assim pareceu aos seus contemporâneos– quando, antecipando-se a João III de Portugal, fez discreta e urgentemente prevenir Paulo III de que os benefícios da grande e cobissadíssima abadia de Alcobça estavam livres por morte do cardeal-infante Afonso, irmão do rei, e que o soberano pretendia para outro irmão, o cardeal Henrique, futuro cardeal-rei. Tal antecipação teve como consequência a imediata aplicação desses grandes rendimentos no cardeal Alexandre Farnese, frustando assim as pretensões do rei português. As peripécias da fuga de Miguel da Silva –também ele, como insinua alguma documentação referente a Jorge da Costa, declarará a sua vida em perigo– já então (1539) cardeal *in pecto*, as acusações sobre as grandes somas que, sob a capa de empréstimos, o antigo embaixador vinha versando a Paulo III, os movimentos diplomáticos que gerou, o seu refúgio em Veneza, a sua entrada em Roma em

de confessar que não vemos nessa carta do duque de Bragança, como defende José S da Silva Dias, *A política cultural da época de D. João III*, vol. I, pág. 117, qualquer alusão a «embaraços que a diplomacia da Liga Santa trouxera ao Papado».

30. Aude Viaud, *Correspondance d'un ambassadeur castillan au Portugal dans les années 1530, Lope Hurtado de Mendoza*, Paris: Centre Culturel Portugais, 2001, págs. 400, 449, 450, 458, 474, 484 et passim.

31. E. Massa, «Benedetto Accolti, il giovane», in *Dizionario Biografico degli Italiani*, Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1960, vol. I, págs. 101-102; D. Gnoli, «Orti letterari nella Roma di Leon X», págs. 266-267.

32. S. Deswarte, *Il «Perfetto cortegiano» D. Miguel da Silva*, págs. 137-138.

33. S. Deswarte, *Il «Perfetto cortegiano» D. Miguel da Silva*, págs. 133-136 publica duas conhecidas cartas de Gian Mateo Giberti, personagem de quem eram bem conhecidas as inclinações pro-francesas, dirigidas em 1526 a D. Miguel da Silva, que ilustram o que sugerimos.

1541, etc.<sup>34</sup> não interessam aqui, mas interessa apontar que tudo isto se via complicado, numa altura em que Portugal pretendia estabelecer uma inquisição similar à de Castela, com a propalada protecção que o novo cardeal estaria a dar em Roma aos cristãos-novos e judeus portugueses. Estes, segundo algum informe dos agentes mais ou menos secretos do rei português, até se gabavam de sustentar agora um cardeal que, em virtude de ter sido desnaturalizado e privado das suas grandes rendas, estaria tão mal de finanças que até passava fome<sup>35</sup>. Mesmo descontando a maledicência interesseira destes informes de agentes secretos, há que recordar que a sua grande amizade com o cardeal Giulio de' Medici, o futuro Clemente VII<sup>36</sup>, que, como é bem sabido e lembrou recentemente Ana Foa<sup>37</sup>, se movia bem nestes círculos judaizantes romanos, não teria, a seu tempo, deixado de apoiar essas insinuações –as passadas e as, então, mais recentes. Apon-temos, finalmente, que depois da frustrada e frustrante legacia junto de

34. S. Deswarte, *Il «Perfetto cortegiano» D. Miguel da Silva*, págs. 93-113.

35. S. Deswarte, *Il «Perfetto cortegiano» D. Miguel da Silva*, pág. 218, nota 361.

36. A amizade de D. Miguel da Silva com o cardeal Júlio de' Medici deverá datar de anos anteriores à sua nomeação como embaixador, pois sabendo-o já em Roma em Janeiro de 1512 (Bartolomeu de Mendanha, «Carta ao Secretario de Estado», in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. I, pág. 143) compreendem-se melhor os elogios («cuius ea est doctrina ac modestia, et in omni actione cum dignitate gravitas, ut plane apparuerit a Maiestate vestra nihil nisi optimum militi posse ac solere [...]») que logo no início do desempenho da sua embaixada lhe tributa o cardeal Giulio de' Medici («Carta a el-Rei», 1515, Março, 1, in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. I, pág. 314), bem como as avultadas mercês que lhe facilitou (D. Miguel da Silva, «Carta a el-Rei», 1517, Junho, 30, in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. I, págs. 467-468) e as particulares provas de estima que, como já recordamos, logo lhe tributou ainda mal eleito papa, prenúncios de outros que, com elogios que ultrapassavam as costumadas fórmulas curiais, lhe veio a fazer. Aliás, o embaixador português não perdia ocasião nem de louvar aos reis de Portugal o cardeal de' Medici («Carta a el-Rei», 1522, Maio, 9; «Carta a el-Rei», 1522, Setembro, 27; «Carta a el-Rei», 1523, Abril, 27, in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. II, págs. 65, 91-95, 143 respectivamente), chegando, em mais do que uma ocasião, a propor que fosse nomeado cardeal protector de Portugal («Carta a el-Rei», 1522, Setembro, 25, in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. II, pág. 95, proposta que João III escusou num despacho de 1523, Novembro?, 21, in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. II, págs. 193-194), nem, após a eleição de «hum papa, o qual juntamente sabe e quer e pode o bem da Igreja» e é «o mais prudente e o mais justicioso homem, que de dozentos annos a esta parte se vio assentado na cadeira de Sam Pedro», de chamar a atenção para o erro que foi não ter o rei compreendido o alcance desses louvores nem ter aceitado as suas propostas («Carta ao Secretario de Estado, 1523, Novembro, 18; «Carta a el-Rei», 1523, Novembro, 18, in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. II, págs. 176, 178 respectivamente).

37. Ana Foa, «La prospettiva spagnola: il Papa e gli ebrei nell'età di Carlo V», in *L'Italia di Carlo V. Guerra, religione e politica nel primo Cinquecento*, eds. Francesca Cantù & Maria Antoniette Visceglia, Roma: Viella, 2003, págs. 509-522.

Carlos V em Espanha, que se recusou a receber um legado que, além de fortemente conotado com o «partido» francês, estava proscrito por o rei português, seu cunhado, a aura do cardeal Silva se manteve muito discretamente em Roma, acabando mesmo por ser alvo de pasquins não muito benévolos<sup>38</sup>, o que, se não era uma anormalidade nessa Roma, também não deixava de ser significativo de um outro tempo. Quase como um símbolo deste apagamento progressivo, é o desaparecimento do seu túmulo em Santa Maria Transtiberina onde foi sepultado em 1556. Já em 1752 desse túmulo não existiam sequer vestígios<sup>39</sup>.

### III

Os dois cardeais portugueses representam bem o trânsito de uma Roma –renascentista– a uma outra Roma, a minada pelo sacco de 1527, em conflito latente ou aberto com o imperador por causa do concílio, a preparar com teólogos e armas, gente esta de guerra que ora se deveria dirigir contra os turcos ora contra os reformados, fossem eles germânicos ou ingleses, mas que, apesar disso e talvez por isso, não cessava de se renovar e de apetrechar, se bem que noutro sentido, para essa sempre sonhada *renovatio ecclesiae*. Estamos a pensar nas investigações que nesse sentido tem feito Giampiero Brunelli<sup>40</sup>.

#### III. 1

O primeiro sinal que elegemos para esboçar o empenho desses dois cardeais nessa *renovatio* é a sua participação na reforma dos franciscanos, essa reforma queurgia desde há muito tempo em virtude dos conflitos, cada vez mais agudos, entre Observantes e Conventuais<sup>41</sup> e que o concílio

38. S. Deswarte, *Il «Perfetto cortegiano» D. Miguel da Silva*, págs. 113-117.

39. António de Portugal de Faria, *Portugal e Italia. Litteratos portugueses na Italia ou collecção de subsidios para se escrever a Historia Litteraria de Portugal que dispunha e ordenava Fr. Fortunato monge cistercense*, Leorne: Typographia de Raphael de Giusti, 1905, pág. 99, trabalho que foi a fonte de documentos, notícias e pistas posteriormente desenvolvidos por muitas das mais importantes investigações.

40. Giampiero Brunelli, «L'opzione militare nella cultura politica romana: le relazioni papato-impero (1530-1557)», in *L'Italia di Carlo V*, págs. 523-544.

41. Grado Giovanni Merlo, *Nel nome di San Francesco*, Padova: Editrici Francescane, 2003, págs. 277-380.

de Latrão (1512-1517) tinha enquadrado na urgência da reforma das ordens religiosas, especialmente das mendicantes (franciscanos, dominicanos, carmelitas, agostinhos). Convirá, porém, ter presente que reis, senhores e prelados nem sempre coincidiam na compreensão de «reformatar» e, por isso, seria muito importante começar sempre por estudar o extenso vocabulário –*reformare, instaurare, conformare, deformare*– que surge na documentação relacionada com as reformas religiosas nos séculos xv e xvi<sup>42</sup>. Manuel I de Portugal, por exemplo, quando se propunha «reformatar» a abadia de Alcobaça, entendia-o, com algum escândalo dos monges, como fazer grandiosas obras que tornassem a casa mais digna do novo abade que era o seu filho Afonso. De qualquer modo, normalmente, quando se fala das reformas das ordens religiosas na Península Ibérica tem-se quase sempre apenas presente os esforços dos Reis Católicos codjuvados por Cisneros e, ao longe, por Alexandre VI e pelo cardeal Costa, «Protector» dos franciscanos, que, apesar de algumas vezes ser contrário às reformas propostas por Manuel I<sup>43</sup>, em 1500, numa carta enviada (1.10.1500) ao capítulo franciscano de Terni, lembrava precisamente que, embora os conventuais necessitassem, em geral, de uma radical reforma, os peninsulares eram os que mais urgentemente dela estavam necessitados<sup>44</sup>. Tais perspectivas, permitiram ao Geral Egidio Delfini tentar, em Aragão, algumas experiências de reforma de carácter unionista patrocinadas por Fernando, o Católico, que por razões tanto de política imediata como de insatisfação dos Observantes, não tiveram qualquer resultado<sup>45</sup>. Uma perspectiva peninsular que leva, quase sempre também, a esquecer que esse quadro ibérico se viu ultrapassado quando Roma, por pressões diplomáticas várias e nem sempre desinteressadas, chamou a si a reforma dos franciscanos que culminou não em uma verdadeira reforma, mas na divisão prática da ordem que foi ditando, ao longo do século xvi na Península Ibérica, tentativas de reformatar, por supressão pura e simples, os conventuais. Como se sabe, estes vieram finalmente a ser suprimidos em Portugal e Espanha em 1567/1568 pelos esforços conjugados de Filipe II e do cardeal Henrique, então regente do reino em nome de Sebastião de Portugal<sup>46</sup>.

42. José Adriano de Freitas Carvalho, «A Igreja e as reformas religiosas em Portugal no século xv. Anseios e limites», in *El Tratado de Tordesillas y su época*, Valladolid: Junta de Castilla y León, 1995, vol. III, págs. 635-660.

43. «Instrução [de Manuel I] a [Diogo de Almeida?], in *Corpo Diplomático Português*, vol. I, págs. 108-112.

44. Pacifico Sella, *Leone X e la definitiva divisione dell'Ordine di Minori (OMin.): La Bolla «Ite vos» (29 Maggio 1517)*, Grottaferrata (Roma): Frati Editori di Quarachi, 2001, pág. 175.

45. P. Sella, *Leone X e la definitiva divisione dell'Ordine di Minori*, págs. 175-177.

46. Gonzalo Fernández-Gallardo Jiménez, *La supresión de los franciscanos conventuales de España en el marco de la política religiosa de Felipe II*, Madrid: F.U.E., 1999.

O cardeal Costa, na sua qualidade de Cardeal Protector e, apesar disso, relativamente mal situado pelos seus vínculos a Sisto IV –um franciscano conventual que só num segundo momento favoreceu a Observância– e a seu sobrinho, o polémico cardeal Giuliano della Rovere, futuro Júlio II, interveio directamente na tentativa de pacificação do conflito entre Observantes e Conventuais que levou, sem resultado, à promulgação das Constituições de 1501, conhecidas por Alexandrinas (Alexandre VI) que não podiam satisfazer aos observantes, porque, entre outras razões, nada reformavam numa matéria tão sensível como a Pobreza, essa virtude e esse voto por onde passava a autoidentificação dos que se reclamavam do *Poverello*. O mesmo se diga das tentativas de Júlio II, em 1506<sup>47</sup>.

Independentemente da idade, da posição e do peso dos interesses, as intervenções do cardeal Costa, tal como as de outros cardeais e prelados, não tiveram –nem podiam ter, tão estremado, desde há muito, estava o desejo dos Observantes, sustentados por reis e príncipes, de só aceitar uma reforma que os consagrasse como os autênticos filhos de S. Francisco– qualquer êxito. A situação não se resolveu senão quando Leão X, esse papa em quem tantas esperanças de renovação se depositaram como um sinal de um novo século de ouro<sup>48</sup> –não interessa discutir aqui se estamos presente a uma variante do que explicava Gutierre Díez de Games em *El Victorial*: quando vem rei novo, vem Merlim novo–<sup>49</sup> decidiu, em 1517, avançar para a reforma dos franciscanos, essa reforma que, de acordo com uma profecia atribuída a Joaquim de Flora na edição sevilhana (1492) do *Floreto de S. Francisco*, nos *novissima tempora* devia conduzir a um *novus ordo* mais radical e mais puro, tema a que o franciscano Pedro Galatino haverá de dedicar alguma atenção nos seus *Commentaria in Apocalypsim*, sobretudo depois da «abertura» do livro do «Beato» Amadeu da Silva, conhecido por *Apocalypsis Nova*<sup>50</sup>. Tal profecia, que englobava franciscanos e dominicanos, foi lida, em sede franciscana, com os olhos postos em obras como a *Arbor Vitae Crucifixae* (Veneza, 1485) de Ubertino de Casal<sup>51</sup>, como

47. P. Sella, *Leone X e la definitiva divisione dell'Ordine di Minori*, págs. 164, 259.

48. Marjorie Reeves, *The influence of prophecy in the later Middle Ages. A study in Joachimism*, Oxford: Clarendon Press, 1969, págs. 270-271, 364-366.

49. Gutierre Díez de Games, *El Victorial. Crónica de Don Pedro Niño, Conde de Buelna*, Madrid: Espasa-Calpe, 1940, pág. 68.

50. José Adriano de Freitas Carvalho, «A difusão da *Apocalypsis Nova* atribuída ao «Beato» Amadeu da Silva no contexto cultural português da primeira metade do século XVII», *Revista da Faculdade de Letras do Porto. Línguas e Literaturas*, 19 (2002), págs. 5-40.

51. Veja-se José Adriano de Freitas Carvalho, «Achegas ao estudo de influência da *Arbor Vitae Crucifixae* e da *Apocalypsis Nova* no século XVI em Portugal», *Via Spiritus*, 1 (1994), págs. 55-109.

dizendo em primeiro lugar respeito à reformação dos mesmos franciscanos pelo predomínio dos Observantes. Esta encontrou no embaixador português um excelente aliado que, tal como o embaixador do imperador Maximiliano, nada mais nada menos que o seu grande amigo Alberto Pio de Carpi<sup>52</sup> —il più petulante» dos anti-erasmistas romanos, como assinalou Silvana Seidel Menchi em *Erasmus in Italia*—<sup>53</sup>, pôs à disposição de um Leão X consumido pela guerra de Urbino —tema recorrente na sua correspondência com Manuel I— e pelas obras de S. Pedro —e que era prefeito um outro seu amigo, «il volpino» cardeal de Bibbiena—<sup>54</sup> e do vigário geral cismontano da Observância para as despesas do capítulo generalíssimo de 1517 avultados meios financeiros que podem ser contabilizados quer na correspondência trocada entre o rei de Portugal e o seu embaixador quer na obra que, recentemente, Pacifico Sella dedicou ao assunto<sup>55</sup>. E este

52. D. Miguel da Silva, «Carta a el-Rei» (1517, Abril, 15), in *Corpo Diplomatico Portuguesez*, vol. I, pág. 424: «Ho emperador tambem insiste sanctamente nysto, e o seu embaixador, que he o conde de Carpi, pessoa de grande authoridade e letras e vida sanctissima e de muyta sustancia nesta corte, e onde quer que esteve sempre muito estymado, he tam devoto de Sam Francisco e tam desejoso desta reformação, que em nenhuma outra cousa cuyda senam nysto; e alem de ser embaxador de quem he, he grande amigo meu em extremo, e todas sus cousas neste caso me comunica, e ambos faremos segundo a vontade de Vossa Alteza o que he possivel, por se ver o fim dysto [...]». Recordemos que Manuel I não terá conhecido «hũa carta que Alberto do Carpe screveo [1514, Marco,17] aho Emperador Maximiliano, por cujo embaixador estava em Roma das novas» da célebre embaixada a Leão X em 1514 que Damião de Góis publica, em tradução, na sua *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel* (Nova edição conforme a primeira, anotada e prefaciada. Dirigida por J. M. Teixeira de Carvalho e David Lopes), Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, III Parte, cap. 84, págs. 190-193, pois o rei português em «Cartas de crença e despachos para D. Miguel da Silva (1517, Maio, 11?, in *Corpo Diplomatico Portuguesez*, vol. I, pág. 436), em resposta aos elogios que o seu embaixador fazia de Alberto Pio acima transcritos apenas comenta: «e prouvenos de terdes nisto tam boom companheiro, como dizês que tendes no embaixador do emperador, e de ser pesoa de tamta bondade e vertude, como dizês, e de tanto credito».

53. Silvana Seidel Menchi, *Erasmus in Italia. 1520-1580*, Torino: Bollati Borinhiere Editore, 1987, pág. 43.

54. V. Cian, *Un illustre nunzio pontificio*, pág. 304; «astuto come una volpe» dil-lo Domenico Gnoli, «Il cardinale Giovanni de' Medici», in *La Roma di Leon X*, pág. 56. Note-se que Bernardo Dovizi, cardeal de Santa Maria in Porticu, mais conhecido por cardeal de Bibbiena, ajudou, algumas vezes, em conjugação de esforços com o futuro Clemente VII, Miguel da Silva nos seus negócios na cúria (Veja-se, por exemplo, D. Miguel da Silva, «carta a el-Rei», 1516, Novembro, 21, in *Corpo Diplomatico Portuguesez*, vol. I, pág. 395: «Ao Cardeal de Medices, nem a Santa Maria in Porticu, que neste negocio [incompreensível, por estar em cifra] me ajudam quanto podem, nam dou nenhuma conta do caso, senam a que dou ao papa [...]».

55. P. Sella, *Leone X e la definitiva divisione dell'Ordine di Minori*, págs. 164, 175, 291-301.

mesmo autor, baseando-se nessa correspondência, na de Alberto Pio e na do embaixador de Veneza, Marco Minio, ao mesmo tempo que valoriza as grossas aporções financeiras que os Observantes ofereceram ao papa em resultado das suas pregações de indulgências para a fábrica de S. Pedro –incomparavelmente mais elevadas que as dos conventuais e de outros– como possível –evidentemente, provável– meio de predispor o papa a seu favor, assinala não só o empenho do Príncipe de Carpi, mas o papel decisivo do embaixador português em obrigar, mesmo se sob uma certa chantagem que ele sabe valorizar aos olhos do seu senhor<sup>56</sup>, Leão X a levar a cabo a reforma dos Conventuais de acordo com a minuta da bula que, porque ia ao encontro dos desejos do rei, o próprio papa lhe tinha fornecido discreta e particularmente para que a enviasse a Manuel I, e não segundo as atenuações que nessa mesma bula tinha introduzido à última hora. No fim, se o primeiro papa Medici não satisfizesse totalmente os desejos do rei em ser ele o depositário e administrador dos bens das casas dos conventuais que viessem a ser reformados –especialmente das clarissas–, consagrou uma certa reforma da ordem que concedia a representação do verdadeiro espírito de S. Francisco aos Observantes e, sujeitando teoricamente os Conventuais ao Ministro Geral (Observante), dividia, na prática, a ordem franciscana em duas, abrindo caminho para o passo seguinte que, sob pretexto de serem irreformáveis, levaria à supressão dos Conventuais em 1568 na Península Ibérica. Obviamente, Manuel I esperava um pouco mais do seu dinheiro, mas acabou por aceitar essa solução e gostou de saber que, como lhe fazia crer o seu embaixador, era o rei cristão que se preocupava seriamente com a reforma da Igreja, pois «ysto, Senhor, que se fez, despoys de Deos, Vossa Alteza tem todo o nome e a vós confessa toda a religiam o que deve»<sup>57</sup> pelo que «Vossa Alteza he pregado por todo o mundo e o vosso nome escryto em tantas partes, que nam se fala nem há numqua douvir cousa antre os homens de mayor gloria, porque, Senhor, as guerras fazemnas muytos, e estas tays soo os aceytos a Deos»<sup>58</sup>.

56. D. Miguel da Silva, «Carta a el-Rei» (1517, Junho, 30), in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. I, pág. 463: «Somente posso dizer que, se nam fora a vergonha, que eu pus ante os olhos ao papa presentes muytos frades e embaxadores, que seria se Sua Santidade assy trestornasse este negocio, tendo mandada a Vossa Alteza já a bulla do que se avia de fazer, que polla ventura nem o que acabou se acabara assy limpamente, que ysto moveo o papa muyto mays do que o moviam todos os rogos do mundo [...]».

57. D. Miguel da Silva, «Carta a el-Rei» (1517, Junho, 30), in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. I, pág. 463.

58. D. Miguel da Silva, «Carta a el-Rei» (1517, Junho, 30), in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. I, pág. 467.

Curiosamente, neste empenho pela reforma dos franciscanos em 1517, do lado do embaixador português estava não só o cardeal de Santa Cruz, Bernardino de Carvajal –personagem que não perdia ensejo de oferecer os seus serviços ao rei de Portugal–<sup>59</sup>, mas ainda o seu amigo cardeal Giulio de Medici<sup>60</sup>, cujo confessor era o amadeíta Fr. Giovanni Antonio di Tommaso da Locarno<sup>61</sup>.

### III. 2

A reforma dos franciscanos que, como insinuámos, abria um tempo de reformas para as outras ordens mendicantes –Egídio de Viterbo, prior geral dos Eremitas de Santo Agostinho, em carta de 13.1.1517, urgia, como sublinhou Pacifico Sella<sup>62</sup>, os seus frades a empreender uma reforma antes que a Santa Sé tomasse a iniciativa de lha impor autoritativamente– e pode servir-nos para introduzir um outro tema –o das correntes proféticas– que cruzava a Europa destes dias e a cruzará ainda durante muito tempo. Naturalmente, não seria aqui legítimo esboçar sequer o que foi o tecido profético, qualquer tenha sido a finalidade de todos esses textos, que desde, muito especialmente, os fins do século xiv e ao longo do século xvi e xvii se foi urdindo, e que em Portugal, mercê de circunstâncias políticas especiais coaginou, nos fins do século xvi, no Sebastianismo, que, esquecemo-lo quase sempre, não nasceu em Portugal, mas entre portugueses no exílio: em França, em Veneza, muito especialmente, onde, mercê da actividade compilatória de textos proféticos por parte de alguns exilados pelo poder filipino em Portugal, alcançou as formulações teóricas mais relevantes<sup>63</sup>.

59. Bernardino de Carvajal, Cardeal de Santa Cruz, «Carta a el-Rey» (1502, Março, 6), in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. I, págs. 27-28.

60. D. Miguel da Silva, «Carta a el-Rei» (1517, Abril, 15), in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. I, pág. 424.

61. António Domingues de Sousa Costa, «Studio critico e documenti inediti sulla vita del Beato Amedeo da Silva nel quinto centenario della sua morte», in *Noscere Sancta. Miscellanea in memoria di Agotino Amore OFM († 1982)*, Roma: Pontificio Athenaeum Antonianum, 1985, pág. 256.

62. P. Sella, *Leone X e la definitiva divisione dell'Ordine di Minori*, pág. 291.

63. José Adriano de Freitas Carvalho, «Conquistar e profetizar em Portugal dos fins do século xv aos meados do século xvi. Introdução a um projecto», *Revista de História*, 11 (1991), págs. 65-93; Roberto Rusconi, *Profezia e profeti alla fine del Medioevo*, Roma: Viella, 1999; Roberto Rusconi, «Eschatological movements and milenarism in the West (13th-early 16th centuries)», in *L'Attente des temps nouveaux. Eschatologie, millénarisme et visions du futur du Moyen Âge au XX<sup>e</sup> siècle*, sous la direction d'André Vauchez, *Brepols*, s. a.

Mesmo se não temos documentos que nos garantam a reacção de Jorge da Costa e Miguel da Silva à circulação de tantas profecias que, directa ou indirectamente, envolviam, especialmente desde os fins do século xv, os reinos peninsulares, é aceitável pensar que o cardeal Costa não pôde ignorar as profecias que, como testemunha uma carta de Hernando del Pulgar<sup>64</sup>, circulavam, aquando das guerras entre Afonso V de Portugal e os Reis Católicos (batalha de Toro, 1476), a favor do rei português, tal como não podia desconhecer, dadas as suas relações com Sisto IV quer o *Tractatus de futuris Christianorum triumphis in Sarracenis* ou, seja, *Glosa super Apocaypsim de statu Ecclesiae ab anno MCCCC LXXXI usque ad finem mundi* que Anio de Viterbo digiu ao papa, a Fernando, o Católico e à República de Génova<sup>65</sup>, quer, dada a sua participação no governo da Igreja, as profecias que se iam abrindo à volta de 1485 sobre o «segundo Carlos Magno» ditadas pela chegada de Carlos VIII a Itália. No mesmo quadro curial é impossível não recordar que assistiu à *Oratio de obedientia* de D. Garcia de Meneses em 1481 – que é sempre um exemplo da admiração que em Roma terá causado o elegante latim humanístico que, então, alguns já cultivariam em Portugal–, embaixador que, como lembra Gaspar Barreiros ao fechar da sua *Corographia*, visitou, admirado pela surpresa, Fr. Amadeu da Silva, seu parente, confessor de Sisto IV e autor das depois archi-célebres revelações (*Raptus*) mais conhecidas por *Apocalypsis Nova* que a Fr. Michele, il Benigno, aparecia, segundo declarava a Ubertino Rissaliti em 1509, como «un libro grande come Augustino de Civitate Dei»<sup>66</sup>. E convém não esquecer que os franciscanos de Fr. Amadeu, os «amadeítas», cientes da fama do seu fundador, da protecção do papa e de Branca Maria de Milão e do cardeal Bernardino de Carvajal –que em 1497 nomeava seu capelão Tommaso Conti como prémio pelos serviços que tinha prestado ao Beato Amadeu– e pelos Colonna romanos eram e continuaram sendo um dos focos da discussão sobre o *modus actuandi* na reforma da ordem, circunstâncias que nos levam a ponderar desde já papel que nessa reforma e na divulgação da *Apocalypsis Nova* teve, c. 1502, o cardeal de Santa Cruz, Bernardino de Carvajal, que já vimos em relação quer com o cardeal Costa quer com o futuro cardeal Miguel da Silva. Destes anos de 1509-1510, os anos que Júlio II teve de enfrentar o conciliábulo de Pisa

64. Hernando del Pulgar, «Letra VIII al obispo de Tuy que estava preso em Portugal, en repuesta de otra», in *Los claros varones d'España*, Sevilla: Stanislao Polono, 1500, fol. lix (ed. fac-simil, Barcelona: Salvat, 1970, págs. 125-126).

65. M. Reeves, *The influence of prophecy*, pág. 354.

66. Anna Morisi, «*Apocalypsis Nova*». *Ricerche sull'origine e la formazione del testo dello pseudo-Amadeo*, Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 1970, 28-29.

e depois reunir o concílio de Latrão, datarão já algumas das interpolações do texto do «Beato» Amadeu, pois em algum dos ms. em que o seu texto nos chegou –o ms. H.III.1 de El Escorial, por exemplo– são bem conhecidas referências críticas quer, evidentemente, ao papa Borgia quer, «descobertas» pelo cardeal de santa Cruz, ao papa Della Rovere, isto é, a esse pontífice que, *si vera est fama*, confessava não só dever a tiara a esse Jorge da Costa de quem devotamente mandou abrir o elogioso epitáfio, mas também que o cardeal era «seu padre e assy de [o cardeal] Sam Pedro Vincula, e como boos filhos aviam de fazer o que elle quisesse»<sup>67</sup>. E, se pelas mesmas datas, o Venturoso rei português recebia uma carta da rainha Helena, avó de David Preste João, imperador da Etiópia em que lhe recordava que tinham chegado os tempos em que «das terras dos francos viria certo rei a exterminar toda a raça dos bárbaros»<sup>68</sup> –alusão que não deveria ter feito muita graça a Manuel I– em Outubro de 1510, um anónimo correspondente do mesmo rei de Portugal avisava-o desde Roma que uma «profecia antiga sem autor, antre muitos juizos que diz, mete que quando a igreja for em culme temporal que será abaixada e reformada; ora dizem que nunca tanto foy, e pero convem abaixar todo estado ecclesiastico. Os strologos modernos dizem que o papa falecerá a 22 do presente, porque todos planetas sam inclinados contra elle, se deus aliter non desposer»<sup>69</sup>, profecias que enviava à mistura com outras em que um «strologo noviço» prometia ao mesmo rei de Portugal «huma insolleta desabitada, a qual achandosse darya tanto ouro en grossos pedaços que se podem alastrar as naus»<sup>70</sup>. Umás e outras deveriam ter encontrado bom eco num rei que, como conta Damião de Góis, tirava o horoscópio das armadas que partiam para e da Índia e, como lhe lembravam em momos e cartas, se devia preparar para a passagem à Terra Santa<sup>71</sup>. São as coordenadas de um clima cultural que, um pouco mais tarde (1527/1530) consagrará Gonçalo Eanes Bandarra nas suas *Trovas* em «louvor de Deus e d'Elrei» e que, se originalmente nada têm que ver com os ambientes cripto-judaicos portugueses, por estes foram aproveitadas, difundidas e imitadas. Recordemos que, pelos

67. João de Saldanha, «Carta a el-Rei» (1504, Outubro, 21), in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. I, pág. 44.

68. Helena, rainha de Etiópia, «Carta de Helena, avó de David, Prestes João, Imperador da Etiópia, a D. Manuel, Rei de Portugal, escrita em 1509», in *Por mar e por terra. Viagens de Bartolomeu Dias e Pero da Covilhã*, coord. de Luis Filipe Barreto, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1988, págs. 45-48.

69. Anónimo, «Noticias politicas da corte de Roma – 1510, Outubro, 15», in *Corpo Diplomatico Portuguez*, vol. I, pág. 133.

70. Anónimo, «Noticias politicas da corte de Roma – 1510, Outubro, 15», vol. I, pág. 135.

71. D. de Góis, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, IV Parte, cap. 84, pág. 201.

mesmos anos, o Prior Geral dos Eremitas de Santo Agostinho, Egídio de Viterbo, que já sabemos em relação amistosa em várias ocasiões com Miguel da Silva, se encontrava em ótimas relações com outro grande amigo do embaixador português, o cardeal Giulio de Medici, a quem dedicou (1517) outra obra sua: o *Libellus de litteris hebraicis*. E é este mesmo Egídio de Viterbo, quem, tendo oferecido a Júlio II, na famosa oração de abertura do concílio de Latrão (1512) em que parecem ecoar algumas passagens da *Apocalypsis Nova*, um programa de *renovatio ecclesiae* baseado na extirpação dos vícios, na paz entre os príncipes cristãos e nas armas contra os infiéis, pouco depois depositará as esperanças nesse *decimum seculum* que começaria com Leão X e seria verdadeiramente aberto com Carlos V<sup>72</sup>, cuja figura e accção foi sendo envolvida num crescendo profético que culminou ainda em anos em que Miguel da Silva se encontrava em Roma<sup>73</sup>. E não esqueçamos quanto o cardeal Egídio de Viterbo protegeu e colaborou com Silvestro Meuccio, editor, em 1516, desse fundamental *Libellus* de Telesforo de Cozenza de que há uma interessante versão na B. P. M Porto (ms. 834), e, um pouco mais tarde (Veneza, 1527), o exortou à publicação da *Expositio in Apocalypsim* de Joaquim de Flora, não sem antes (1524) ter dedicado novamente a Clemente VII a *Epistola [...] in Satban ruína tyrannidis*<sup>74</sup>. A este círculo em que, muitas vezes em moldura teológica, se cruzam profecias, cabala, operações alquímicas, etc., pertencem, juntamente com outras personagens aparentemente menores –um Zanobi Acciaiuoli, por exemplo, divulgador do *De Angelico futuro pontifice*, que veio a ser bibliotecario de Leão X–, Giorgio Benigno Salviati<sup>75</sup>, Pedro Galatino e Bernardino de Carvajal, personagens fundamentais, quaisquer tenham efectivamente sido o papel e as esperanças de cada um –Pedro Martir e de Anghiera já tinha profetizado o papado ao cardeal Santa Cruz–, para a compreensão da «abertura» da *Apocalypsis Nova*, essa obra decisiva para a fixação das esperanças na vinda do *Pastor Novus*, isto é, do «Papa Angelico», de que, pelas mesmas datas, já tinha sido traduzida uma parte relativa a essa mítica figura por Paolo Angelo, misteriosa personagem, mas de

72. M. Reeves, *The influence of prophecy*, pág. 270.

73. Ottavia Niccoli, *Profeti e popolo nell'Italia del Rinascimento*, Bari: Laterza, 1987, págs. 217-239; Francesca Cantù, «Profezia o disegno politico? La circolazione di alcuni testi sull'Europa (1535-1542)», in *L'Italia di Carlo V*, págs. 41-62; Elena Valori, «Carlo V e le guerre d'Italia nelle *Historiae* di Girolamo Borgia (1525-1530)», in *L'Italia di Carlo V*, págs. 139-170, especialmente, págs. 144-146.

74. M. Reeves, *The influence of prophecy*, págs. 270, 432.

75. Veja-se Cesare Vasoli, «Notizie su Giorgio Benigno Salviati (Juraj Dragisic)», in *Profezia e ragione*, Napoli: Casa Editrice A. Morano, 1974, págs. 15-128.

relações estreitas com Silvestro Meuccio<sup>76</sup>. Recordemos que nesses primeiros anos romanos do embaixador português profetiza o amadeíta Fr. Antonio de Cremona e o célebre Fr. Boaventura se proclama, em plena Roma, em 1516 e em 1517, «Papa Angelico»<sup>77</sup>. Não interessa aqui expôr aqui nem os avatares da «descoberta», abertura e interpolações do texto do Beato Amadeu nem os conteúdos compósitos dessa *Apocalypsis Nova* –Pecado original, Anjeologia, reforma das ordens religiosas, Imaculada Conceição (Manuel I de Portugal enviou mesmo um procurador, Fr. João da Costa, ao capítulo generalíssimo OFM de 1517, com o encargo de procurar a proclamação da Imaculada), assunção de Maria, tribulações da Igreja, renovação da Cristandade, conquista de Jerusalém, conversão do mundo a Cristo, pacificação, etc.–<sup>78</sup>, esperanças que eram comuns a outras correntes culturais de, para o dizer de alguma maneira, recorte mais «humanístico». Interessa, porém, sublinhar que nesse compósito texto se cruzam muitos dos ideais reformadores que começaram a correr mais impetuosamente nos começos do século XVI. Mesmo se, como escreveu M. Reeves em *Roma profetica*, esse seu notável contributo para perceber melhor *La città dei segreti*, «tutto questo era mille miglia lontano dalle forze politiche del XVI secolo»<sup>79</sup>, tal não nos deveria impedir de considerar que no plano simbólico, alguns pontos desse programa –a conquista de Jerusalém, por exemplo– não pudessem contiuar a organizar ou a tentar traduzir a organização de propostas práticas de conquista ou missionação, mesmo que acabassem sendo contrariadas por interesses políticos ou pessoais mais imediatos. Interessará, porém, saber igualmente que a obra do *Beato* Amadeu da Silva, isto é, do parente de Miguel da Silva, serviu, como já insinuamos, a um Pedro Galatino para consagrar os seus radicais ideais de reforma das ordens religiosas pelo «Papa Angélico» que, como explicava o anjo Gabriel a Amadeu, deveria extinguir todas as ordens religiosas –excepto a de S. Francisco a quem estava garantida a sua perenidade até à consumação do mundo– substituindo-as por varões apostólicos, ponto programático que veremos recolhido nos começos do século XVII por um aproveitado leitor da *Apocalypsis Nova*, João de Castro, na sua *Aurora*<sup>80</sup>, e foi trazida para Espanha, cerca de 1528,

76. M. Reeves, *The influence of prophecy*, págs. 262, 268.

77. M. Reeves, *The influence of prophecy*, págs. 438, 448.

78. A. Morisi, «*Apocalypsis Nova*», pág. 27-83.

79. Marjorie Reeves, «Roma profetica», in *La città dei Segreti. Magia, Astrologia e Cultura esoterica a Roma (XV-XVIII)*, ed. Fabio Troncarelli, Milano: Franco Angeli, 1985, págs. 277-298.

80. João de Castro, *Aurora da Quinta Monarquia* (BN Lisboa, Cod. 4373), ed. João Carlos Gonçalves Serafim (Apêndice Documental. Vol. III da Tese de Doutoramento), Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2004.

pelo então Ministro Geral dos franciscanos, Fr. Francisco de los Angeles (Quiñones) de quem Pedro Galatino, vivendo no convento franciscano de Araceli –um convento onde Gaspar Barreiros se fez franciscano e onde viveu G. Postel–, tinha sido capelão e a quem dedicou o seu *De septem ecclesiae temporibus*. E mais ainda: que esse exemplar da *Apocalypsis Nova* foi levado para o México –conviria pôr este facto em relação com a partida do célebre grupo de franciscanos capitaneados por Fr. Martín de Valencia protegidos por Fr. Francisco Quiñones– e lá foi copiada e de lá regressou a Espanha, como atestava, em 1543, S. Pedro de Alcántara em carta escrita em Portugal (Azeitão)<sup>81</sup>, itinerário que permite insinuar os meandros da circulação desta obra em ambientes reformados e reformadores e a sua importância na fixação de muitos dos seus ideais.

Da *Apocalypsis Nova* há na B. N. Madrid duas cópias (o incompleto ms. 6540 e o ms. 11248) e em El Escorial uma outra (o já referido H.III.1) em letra dos fins do século XVI/começos do século XVII, preciosíssima esta quer pelas suas notas esclarecedoras de algumas personagens quer por ter sido considerada até ao século XIX (1815) uma relíquia do Beato Amadeu e como tal conservada e exposta. Se, em Portugal, a fortuna desse texto é difícil de documentar, não deixamos, contudo, de saber que antes de 1549, como nos revela uma carta de Juan A. Polanco escrita em nome de Inácio de Loyola a Francisco de Borgia em Julho desse ano<sup>82</sup>, jesuítas portugueses –assim parece deduzir-se do contexto– houve que se dirigiram a Roma na esperança de aí serem reconhecidos como «Papas Angélicos», e que em 1581, tendo, talvez, em conta a difusão dessas esperanças em tempos conturbados pela chegada de Filipe II ao seu novo reino, a Inquisição portuguesa pôs no *Index* desse ano a *Apocalypsis Nova*<sup>83</sup>, condenação de que não há outro exemplo nos «Indices» europeus. No século XVII, para além de algumas traduções parcelares, a *Apocalypsis Nova*, juntamente com outros textos proféticos –*Libellus* de Telésforo e o *Mirabilis liber* (Veneza, 1514, 1522), muito especialmente– foi, à volta de 1604/1605, em uma vastíssima obra –*Aurora*– abundante e inteligentemente utilizada por D. João de

81. Pedro de Alcántara, «Certificado de Fr. Pedro de Alcántara sobre el «Comentario al Apocalipsis» del B. Amadeu de Silva (†1482) copiado por el P. Antonio Ortiz (†1560)», in *Místicos franciscanos españoles -I- Vida y escritos de San Pedro de Alcántara*, Madrid: BAC, 1996, págs. 372-373.

82. Ignacio de Loyola, «Carta a Francisco de Borgia, duque de Gandía (Julho, 1549)», in *Obras Completas*, ed. Ignacio Iparraguirre, Madrid: BAC, 1963, págs. 722-739.

83. «Index de l'Inquisition Portugaise. 1547, 1551, 1561, 1564, 1581», in *Index des livres interdits* (Directeur J. M. Bujanda), IX, Sherbrooke-Genève: Éditions de l'Université de Sherbrooke-Librairie Droz, 1995, págs. 459-460.

Castro, um exilado português que viveu e morreu na esperança de um novo reaparecimento desse D. Sebastião –já então aparecido (Veneza, 1598)– para ser coroado imperador pelo «Papa Angélico» e lutar a seu lado pela renovação do mundo dos *novissima tempora*<sup>84</sup>. E todos sabemos que a João de Castro se deve não só a «invenção» do texto da primeira edição (Paris, 1603) das *Trovas* de Bandarra<sup>85</sup>, mas também um dos seus mais inteligentes comentários.

### III. 3

Uma outra consequência –e outra dimensão– desses primeiros anos (1515/1525) de Miguel da Silva em Roma é, como ficou aludido, a sua amizade com Baltasar Castiglione que, como se sabe, à última hora («integrazione dell'ultimo momento») –entre Abril de 1527 e Abril de 1528, mais precisamente à volta de 9 de Setembro de 1527–<sup>86</sup>, desde Espanha, envia para Veneza onde se estava já terminando a impressão de *Il Libro del Cortegiano*, a dedicatória global da sua obra, dedicatória que não desdizia a de cada um dos quatro livros a Afonso Ariosto, o amigo a quem, desde sempre, tinha sido verdadeiramente dedicado o *Libro*. Uma dedicatória que, dadas as circunstâncias polémicas que envolviam a posição do nuncio Castiglione na corte de Carlos V<sup>87</sup>, bem poderia ser, em virtude da posição privilegiada que na corte de João III de Portugal ocupava então o antigo embaixador em Roma, mais que um gesto de amizade –que não se nega, uma ponte diplomática para, nesse momento, suscitar ou / e reforçar, a partir da corte portuguesa, através de alguém que, institucionalmente, era –ainda que, na prática nem sempre o fosse– um dos seus mais poderosos membros em virtude das funções que desempenhava (Escrivão da Puridade do rei), o apoio à actividade diplomática pró-imperial do nuncio de Clemente VII– amigo de Castiglione e de Miguel da Silva, já então bispo de Viseu–, apoio sempre duvidoso, já que, se o rei português não estava interessado em hostilizar o que era, desde 1526, seu cunhado, também não tinha menor

84. João Carlos Gonçalves Serafim, *D. João de Castro, «O sebastianista». Meandros de vida e razões de obra*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004 (I-II vol.s., Tese de Doutoramento, Policopiada).

85. João de Castro, *Paraphrase et concordancia de algumas propheçias de bandarra, sapateiro de Trancoso*, Paris, 1603.

86. Amedeo Quondam, «Questo povero cortegiano». *Castiglione, il Libro, la Storia*, Roma: Bulzoni Editore, 2000, pág. 501.

87. V. Cian, *Un illustre nunzio pontificio*, págs. 104-130.

interesse, como mostra a correspondência do embaixador imperial em Lisboa, Lope Hurtado de Mendoza por volta de 1528, em desfavorecer Francisco I de França<sup>88</sup>. E precisamente, recordemo-lo, em Julho de 1527, tinha-se posto a caminho, desde Roma, D. Martinho de Portugal que, enviado em 1525 a render D. Miguel da Silva, regressava como nuncio papal investido de poderes de legado *a latere* (breve *Cum nobis hodie*) com a secreta (mas concreta) missão de afastar João III de Portugal da política do Imperador<sup>89</sup>. A incumbência que, como o mostra o breve *Nostram calamitatem* enviado a Miguel da Silva no mesmo dia (1527, Julho, 12), em que, foi Martinho de Portugal investido da sua missão, deveria realizar-se com o apoio do antigo embaixador em Roma –o que é bem significativo–, acabou por não realizar e, como escrevia, em 11.3.1528, Lope Hurtado de Mendoza a Carlos V, passou a desejar «emplearse en servicio de V.M.» imperial<sup>90</sup>. De qualquer modo, se o nome de Miguel da Silva ainda hoje se recorda é, em larga medida, em tributo a esse amistoso gesto do desafortunado nuncio junto de Carlos V, gesto que não parece separável do contexto que acabamos de sugerir. Não iremos repetir as longas e pertinentes considerações que Amedeo Quondam<sup>91</sup> teceu em torno dessa estranha dedicatória, mas aproveitaremos a ocasião para sugerir, superficial e, talvez, abusivamente, um modo –ou um dos modos– como Miguel da Silva poderá ter lido esse paratexto e esse livro.

Do ponto de vista do género, a dedicatória a Miguel da Silva é, como se sabe, um texto estranho, pois, contrariamente à norma, o destinatário é aí apenas um nome e um título, sem qualquer relevância ditada por um simples caríssimo, um eruditíssimo –esses adjectivos que sempre acompanham textos do género–, por uma alusão à sua importância como antigo embaixador ou às altas funções na corte portuguesa, por qualquer razão que de longe ou de perto obrigasse o autor a dedicar-lhe um livro que nesses dias já corria manuscrito e era apreciado. Miguel da Silva é um nome que, em determinado momento desse texto, serve –iríamos até, funcionalmente– para marcar uma nova fase, mais profunda, das recordações que o seu autor foi sedimentando no seu coração e no seu texto. Efectivamente, depois de ter assinalado alguns dos coloquiantes do seu livro que já tinham morrido e que eram testemunhas desses anos dourados da corte de Guidobaldo de Montefeltro entre 1504 e 1508, o

88. A. Viaud, *Correspondance d'un ambassadeur castillan*, págs. 239-319.

89. J. S. da Silva Dias, *A política cultural da época de D. João III*, vol. I, págs. 110, 119.

90. A. Viaud, *Correspondance d'un ambassadeur castillan*, pág. 248.

91. A. Quondam, «*Questo povero cortegiano*», págs. 501-525.

conde Baldassare Castiglione, como para completar essa galeria de retratos fixos para sempre nos seus gestos e nas suas palavras, chama a atenção de Miguel da Silva que, além desses já recordados, também o antigo embaixador não tinha conhecido a duquesa de Montefeltro, a figura em torna da qual gira toda a obra. De toda essa gente, obispo de Viseu não conhecera mais que Giuliano de Medici, duque de Nemours, entendamos, o «Magnífico Giuliano», e, como nol-lo revela a sua correspondência, o cardeal Bernardo Dovizi da Bibbiena, cardeal de Santa Maria in Portico. E mesmo esses também já tinham morrido, um em 17.3.1516 e o outro em 9.11.1520, respectivamente. É, então, importante reler esse texto: «perché voi né della signora Duchessa, né degli altri che sono morti, fuorché del duca Giuliano e del cardinale di Santa Maria in Portico, aveste notizia in vita loro, mandovi questo libro come un ritratto di pintura della corte di Urbino»<sup>92</sup>. Esqueçamos as arquiconhecidas referências à arte de Miguel Angelo e a Rafael que acompanham essas notas, e alguma falha de memória de Castiglione que assinalaremos, para acentuar que, de acordo com as suas palavras, a obra que dedica, desde Madrid, a Miguel da Silva é, antes de mais um livro de recordações. São recordações de um lugar, de algumas damas, de gente de Igreja e de armas, de poetas, etc., recordados não apenas nas suas figuras, mas nas suas palavras, nos seus gestos, nos seus ideais, nas suas anedotas, nos seus tiques, nos seus debates. Com essas recordações construiu, cortando, acrescentando, cambiando, isto é, mudando e matizando, o texto ao longo de anos, o conde Baltasar um livro destinado a propor um modelo de cortesão que, tal como aqueles que tinham servido a Guidobaldo de Montefeltro, devia servir a um novo príncipe, esse príncipe que, como muito bem assinala Amedeo Quondam<sup>93</sup>, obedecia já, a quando da última redacção da obra (1524), a um novo paradigma. Esta última proposta, pela sua carga de futuro, leva, geralmente, a esquecer que *Il libro del cortigiano* é, antes de mais, como muito bem assinala já V. Cian, sem contudo, das suas pertinentes observações tirar todas as consequências<sup>94</sup>, um livro de recordações, essas recordações que lhe ditam essa escoreita dedicatória a Miguel da Silva e que ecoam igualmente, com as adaptações necessárias, nas quatro dedicatórias dos quatro livros a Alfonso Ariosto (†1525, Junho, 29), esse, sim, «caríssimo».

92. Baldassare Castiglione, *Il Cortigiano*, ed. Amedeo Quondam, Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 2002, vol. I, págs. 3-10.

93. A. Quondam, «Questo povero cortegiano», págs. 315, 319, 320, 335, 353, 361, 408.

94. V. Cian, *Un illustre nunzio pontificio*, págs. 228, 230, 231, 243.

Gostaríamos, então, de propor que, se, verdadeiramente, é esse –um livro de recordações–<sup>95</sup> o sentido mais profundo desse nostálgico livro, que foi precisamente assim que o terá lido Miguel da Silva. Se, por fortuna, pudemos deixar documentadas algumas ocasiões e circunstâncias em que a actividade diplomática de Miguel da Silva foi apoiada por bons ofícios que a amizade do cardeal de Santa Maria in Porticu lhe facilitava, convirá agora chamar a atenção que, por maior fortuna, possuímos uma carta (31.3.1515) em que o embaixador português fixou o recebimento do «Magnífico Giuliano» que, na sua qualidade de (efémero)<sup>96</sup> comandante supremo do exército pontifício, nesse preciso dia entrava em Roma pela primeira vez acompanhado de sua mulher, Luísa de Sabóia, com quem tinha recentemente casado (1515, Janeiro)<sup>97</sup>. E nessa apremiada missiva –para a qual, talvez por ignorância nossa, não parece que se tenha chamado a atenção–, escrita logo após ao ter assistido a essa cerimónia de corte, Miguel da Silva, então, ainda um recém-chegado embaixador, escreve, entre outras notícias, ao rei de Portugal:

Senhor: Este correo estava pera partir daquy a dois dias, e agora, tornando do recebimento do Magnifico Juliam e de sua mulher haa huma hora da noyte, me veo recado que parte daquy a duas horas; por isso nam darey conta larga de nynhuma cousa a Vossa Alteza, nem he tempo pera mais que pera lhe fazer saber que [...]

Oje haas vynte horas, que pollos relogios de la sam duas horas despois do meio dia, fomos avisados da entrada do Magnifico Juliam com sua molher, e nam porem como entrada pruvica, mas de boa amizade remocado pollo mordomo mor do papa. Sayram a recebel lo todas as familias dos cardeais e assy a do papa e todos os embaxadores. Eu fuy com todos os portuguezes, dos primeyros, e nam me pesou pollo muyto que elle folgou de cousas de Vossa Alteza lhe mostrarem alguma defferença de mais amor que se nysto qua entende, que os outros. Disse lhe como, sabendo eu de sua vinda, por satisfazer haa vontade de Vossa Alteza

95. Carlo Ossola, *Dal «Cortegiano» all'«uomo di mondo»*, Torino: Einaudi, 1987, pág. 43, aponta neste sentido da «tradizione di lettura» de *Il libro del Cortigiano*, mas, salvo melhor opinião, nesse belo capítulo («*Il libro del Cortegiano: esemplarità e difformità*») da sua obra não desenvolve esta capital pontualização.

96. Giuliano de' Medici foi comandante supremo dos exércitos pontifícios entre 1514, Janeiro, 10 e 1515, Agosto, 8, segundo Giuseppe L. Moncallero, *Epistolario di Bernardo Dovizi da Bibbiena*, Firenze: Leo S. Olschki, 1965, vol. II, págs. 32, 55.

97. G. L. Moncallero, *Epistolario di Bernardo Dovizi da Bibbiena*, vol. II, págs. 41–44 onde se pode ler a carta do cardeal de Bibbiena de 1515, Fevereiro, 25 felicitando o príncipe pelo seu casamento.

vynha aly a fazer parte do que devya, avendo por certo que nysso servia Vossa Alteza, cuja vontade era muy certa pera o que lhe comprisse, e que sua vynda fosse muyto boa, e outro tanto a sua molher que vynha loguo atras haa mão direyta do embaxador de França, que vynha ja de mea jornada, pollo parentesco com el Rey, que he filho de huma sua irmãa. Cada hum me respondeo com grandes cortesias e todos os offrecymentos do mundo, que por ordynayros calo.

O Magnifico Juliam vynha como de caminho com hum pelote, ou roupam tudesco casi pelote, cyngido de brocado raso y veludo cremesym a girões já tambem hum pouco raso, e trazido na cabeça huma coyfa douro y negro e hum barrete de veludo negro com huma medalha douro, e borzequins com golpes amarells á feyçam de qua, sobre hum cavallo grande haa bastarda guarnecido de veludo cremesym e com humas rosas douradas por toda a guarniçam. Haa sua mão ezquerda vynha o senhor Joam Jurdam Ursino, genro do papa Julio, filho do senhor Vyrgilio Ursino. E o Magnifico me tomou no meo, até que vio toda a outra emvurilhada da gente. Diante delle, e nam muyto, yam alguns senhores de Saboya até tres e nam mais, muyto mal vestidos, e pior que de velho, e as cavalgadas do mesmo jaez, e junto com elles o Magnifico Lourenço sobrinho do papa, filho de Pero seu irmão, com hum Ursino romão que tambem se chama seu parente. Ha molher trazia hum brial de panno douro tyrado rico, e na cynta huma marta pindorada, hum colete de veludo preto e hum toucado do mesmo veludo haa francesa, hum chapeo cremesym de seda com huma guoya douro, sobre huma faca branca guarnecida de cremesym muyto boliçosa; trás ella huma irmãa do papa e quatro ou cynquo parentas todas de caminho, e muytas em mulas assaz de caminho. Trás ellas até vinte damas mal vestidas e sem nenhuma gala, e dellas de panno: ella parece muyto mal e he de idade, faz mostra de trynta e cynquo annos: toda a outra gente nam vinha de maneyra pera se conhecer, nem ouve ahy azemellas mais que humas dez, ou doze, que yam diante espalhadas e duas sem raposteyros, o que deve ser porque todo o fato vem pollo rio acyma nas mesmas galees, em que elle veo de Genoa, por se nam fiar, segundo dizem, do ducado de Milam.

Onde os topey era lonje de Roma, e fazia se tarde; começaram a caminhar tam rijo, que era hum pouco alem do chouto, e daquella maneyra vyeram ate cerca de Roma, que vynhamos todos mortos de poo e cansaço, e de nos rirmos de tam maos concertos dentrada. Foy descer ao paço, atyrando o castello toda a artilharia, onde nos despedimos todos. Escrevy estas cousas a Vossa Alteza por ver quantos primores qua ha, e porque estando pera cerrar esta carta, me deu ho correo huma hora de tempo,

que confesso que despendy o mal, se ja Vossa Alteza nam folgar de saber até estas miudezas, segundo me tem mandado que faça [...]

De Roma a xxxi de Março de 1515.

Novas nam ha ninhumas. – Dom Miguel da Sylva<sup>98</sup>.

Esta descrição que é também um registo de uma memória feito quase em cima dos acontecimentos é, para nós hoje, não apenas a prova da alusão da dedicatória de Castiglione sobre o conhecimento que Miguel de Silva teve do «Magnífico Giuliano», mas também do modo como o viu e à sua mulher –e era a primeira vez– nessas circunstâncias discretamente solenes –que, aliás, bem pouco de solenes pareceram ao embaixador e deverão ter parecido ao seu faustoso rei pela mediocridade e desalinho, isto é, de «quantos [poucos] promores– e permite sugerir quanto essa alusão despertaria, 13 anos depois, as suas próprias recordações sobre alguém que, visto nessas circunstâncias, desapareceria um ano depois (1516, Março, 17), levando ao seu velho amigo Bibbiena, como o confessava a Ippolito d'Este, «la metà della anima et della vita mia»<sup>99</sup>. Não sabemos como reagiu o embaixador português à morte daquele «veramente virtuoso e bon Signore», mas estamos em crer, como sugerem correspondências e outros documentos, que, como sugerimos, ele e outros primeiros e grandes leitores de *Il libro del Cortigiano* o terão lido como um livro de recordações. Só à medida que os anos foram passando é que a obra de Castiglione se terá ido impondo como um manual de cortesia –que verdadeiramente não é, mas, sim, de cortesia– destinado a cortesãos mundanos, a ponto de, segundo o testemunho de Damasio de Frias no seu *Diálogo de la discreción* (1579), com esse sentido, andar na mão dos bacharéis<sup>100</sup>.

Apesar de nunca ser lembrado, há ainda um outro facto que, mesmo se relevando do silêncio, pode contribuir para tornar mais viável esta nossa

98. Miguel da Silva, «Carta a El Rey (1515. Março, 31)», in *Corpo Diplomático Português*, vol. I, págs. 321-327. Naturalmente, transcrevendo apenas a parte da carta respeitante à entrada do Magnífico Julião, adaptamos, como em referências documentais anteriores, ligeiramente, a ortografia (u intervocálico > v e normalizando e actualizando o uso de maiúscula e minúsculas) do texto.

99. G. L. Moncallero, *Epistolario di Bernardo Dovizi da Bibbiena*, vol. II, pág. 67 em carta ao cardeal D'Este de 1516, Março, 22.

100. Damasio de Frias y Balboa, «Diálogo de la discreción», in *Diálogos de diferentes matérias inéditos hasta ahora*, Madrid: Imp. de G. Hernández y Galo Sáez, 1929, págs. 89-90; José Adriano de Freitas Carvalho, «A leitura de “Il Galateo” de Giovanni della Casa na Península Ibérica: Damasio de Frias, L. Gracián Dantisco e Rodrigues Lobo», *Ocidente*, 79 (1970), págs. 137-171.

proposta. Como sabemos, um dos principais dialogantes de *Il libro del cortigiano* é Ludovico di Canossa, fortíssimo amigo e parente do seu autor, e ainda vivo em 1528, pois só morrerá, naturalizado francês, em 1532. Miguel da Silva conheceu-o em Roma já por esses anos de 1515-1516 em que hospedava em sua casa o próprio Baldassare Castiglione. Porque terá esquecido de recordar Ludovico di Canossa entre os dialogantes do seu livro que, tendo pertencido a essa corte dourada de Guidobaldo, foram conhecidos de Miguel da Silva? Porque apenas estava, como dizia, esboçando uma galeria de mortos? De qualquer modo, se, em Setembro de 1527, dedicando, desde Madrid, uma obra a alguém que, em altas funções, servia o cunhado português do imperador, nomear um servidor de Francisco I de França não era diplomaticamente aconselhável, o silêncio de obrigação era, em si mesmo, ainda um modo pungente de recordar esses dias também dourados anteriores a Pavia e ao sacco de Roma. Quase o mesmo, por razões imperiais agora, se poderia dizer do esquecimento de Federico Fregoso (†1541).

E há que fechar estas nossas notas –que também são recordações de leituras– sobre dois cardeais portugueses que, cada qual à sua maneira e em seu momento, foram duas balizas não só da cultura do seu tempo olhada desde Roma em «tempos de espanhóis e de franceses», como escrevia Sá de Miranda, mas também do contexto da ressonância de muitos temas e questões –algumas apenas desse modo longínquo enunciadas na cultura portuguesa de que, apesar de tudo, continuaram a ser uma referência, por vezes, incontornável (basta ver as alusões, para bem ou para mal, na correspondência diplomática do tempo) e, muitas vezes, um apoio– que preocuparam e, por vezes, polarizaram o Portugal de seus largos dias. E, por isso, convém não os esquecer na complexidade desses contextos e não os reduzir, como geralmente acontece, a simples questões de política e de poder. Os amigos e foram tantos os que perpassaram por estas páginas, são os de todas as ocasiões e, mesmo se só recordadas, as suas solidariedades –usemos, com alguma propriedade, um termo tão precioso como actual– tecem outras malhas que não apenas as de um Império.

